

Ensino de Geografia para deficientes visuais na Escola Estadual Monteiro Lobato na cidade de Boa Vista/RR

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1045>

Rosângela de Oliveira Pelzer
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0001-7659-4982>

Josinaldo Barboza Bezerra
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0002-7940-2293>

Localização Geográfica da Escola Estadual Monteiro Lobato Boa Vista-RR.
Fonte: Google Earth (2019).

RESUMO

O artigo visa analisar o processo de ensino e aprendizagem onde engloba uma série de questionamentos como a própria definição do que é aprender e ensinar e verificar seus processos. Por esse motivo torna-se necessário compreender como esses processos acontecem no meio educacional e neste caso em especial com os alunos que são deficientes visuais, que são os principais atores neste contexto, junto com o corpo docente da escola Estadual Monteiro Lobato em Boa Vista-RR. Visando contribuir para melhor compreender este estudo teve os seguintes objetivos: 1) Relacionar os processos de aprendizagem da disciplina geografia para os alunos com deficiência visuais na escola Estadual Monteiro Lobato de Boa Vista - RR, 2) Verificar os recursos utilizados pelos professores nas aulas de geografia com alunos com deficiência visual. 3) Investigar a eficácia dos recursos utilizados nas aulas de geografia e a motivação dos alunos para aprendizagem. O artigo é uma pesquisa exploratória onde tem como objetivo aproximar o problema tornando-o mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão e será adota em todo o processo do projeto. Participaram desta pesquisa os alunos com deficiência visual, e os professores que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem do aluno. Será realizada também a consolidação de relatório de pesquisa para diálogos e retorno à escola envolvida no projeto.

Palavras-chave: Aprendizagem. Deficientes Visuais. Ensino da Geografia. Inclusão.

ABSTRACT

The article aims to analyze the teaching and learning process, which encompasses a series of questions such as the definition of what it means to learn and teach and verify their processes. For this reason it is necessary to understand how these processes happen in the educational environment and in this case in particular with students who are visually impaired, who are the main actors in this context, together with their faculty at the State School Monteiro Lobato in Boa Vista- RR Aiming to contribute to a better understanding of this study, it had the following objectives: 1) Relate the learning processes of the geography discipline for students with visual impairments at the State School Monteiro Lobato de Boa Vista - RR, 2) Check the resources used by teachers in the classes of geography with visually impaired students. 3) Investigate the effectiveness of resources used in geography classes and students' motivation for learning. The article is an exploratory research which aims to approach the problem making it more explicit or to build hypotheses. The vast majority of these researches involve: (a) bibliographic survey; (b) interviews with people who have had practical experience with the research problem; and (c) analysis of examples that encourage understanding and will be adopted throughout the project process. Students with visual impairments and teachers who develop teaching and learning with the student participated in this research. It will also be carried out the consolidation of research report for dialogue and return to the school involved in the project.

Keywords: Learning. Visually Impaired. Teaching Geography. Inclusion.



INTRODUÇÃO

Este artigo discute a temática da educação inclusiva, com destaque aos alunos que possuem deficiência visual e são atendidos nas turmas regulares do ensino público da Escola Estadual Monteiro Lobato, localizada na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

A escolha da temática fundamenta-se na necessidade de estudar os processos metodológicos de aprendizagem executados pelos professores de geografia com alunos Portadores de Necessidade Especiais (PNE), com destaque aos alunos com deficiência visual. Considerando que na prática nem sempre os professores dispõem de recursos apropriados e suficientes a atender as necessidades específicas dos alunos, o que exige do professor capacidade de improvisar e adaptar materiais antes destinados a outros públicos (MELLO, 2000).

Parte-se da compreensão de educação inclusiva adotada na Declaração de Salamanca de 1994, que recomenda aos governos e organizações internacionais que garantam o direito de acesso a todas as crianças, com necessidades especiais, as turmas regulares, com pedagogia compatível as características e necessidades especiais de cada discente (PAVÃO; PAVÃO, 2018).

Nesta linha, o presente artigo teve como problema de pesquisa responder quais os processos pedagógicos adotados pelos professores de geografia ao trabalharem com alunos com deficiência visual na Escola Estadual Monteiro Lobato na cidade de Boa Vista/RR?

A pesquisa teve como objetivo analisar as metodologias adotadas pelos professores de geografia para os alunos com deficiência visual atendidos nas turmas regulares de ensino, na escola objeto do estudo e como objetivos específicos identificar os processos de aprendizagem nas turmas com alunos

portadores de necessidades visuais; verificar os recursos adotados pelos professores; examinar a eficiência das metodologias e dos recursos adotados pelos professores de geografia.

Quando se trata da educação inclusiva cabe mencionar Freire (2004), que ressalta que a educação, não é uma doação ou imposição, mas uma restituição dos conteúdos coletados na própria sociedade, que depois de sistematizados e organizados, são devolvidos aos indivíduos na busca de uma construção de consciências críticas frente ao mundo.

Nesse sentido, a pesquisa discute a educação inclusiva a partir do contexto dos alunos com deficiência visual ao considerar que educação é o meio que produz um coeficiente de larga expectativa tendo o poder de transformar a realidade. Dessa forma, o ensino da geografia necessita buscar meios para proporcionar um ensino que contemple esse público.

Sendo assim, o ensino de Geografia se volta para os alunos com deficientes visuais como o objetivo de desenvolver a autonomia espacial desses alunos. A autonomia espacial permitirá aos alunos sua independência para se deslocar tanto no ambiente escolar, quanto nos demais espaço promovendo em sua em mente a consolidação da organização espacial (RODRIGUES, 2019).

METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido na Escola Estadual Monteiro Lobato Boa Vista-RR, durante o ano de 2019. Sendo assim, a pesquisa parte da revisão bibliográfica de cunho descritivo e avança para a fase exploratória onde tem como objetivo aproximar o problema tornando-o mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema

pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão e será adotada em todo o processo do projeto.

Dessa forma, a técnica adotada para a realização de coleta dos dados seja documental ou campo, ocorreu por meio da pesquisa de campo através de visita in loco na Escola Estadual Monteiro Lobato em Boa Vista-RR, durante o ano de 2019, situado no endereço Rua Cecília Brasil, 1506, bairro Centro, com o CEP 69301-080, onde foram realizadas as entrevistas com as docentes regentes de turma para analisar a qualidade de aprendizado da aluna portadora de deficiência visual, mediante seus professores, e as dificuldades de lecionar para alunos que requerem maior cuidado, o seu grau de estudo, dificuldades enfrentadas pelos docentes que passaram a ser chamados de docente A e B.

A escola oferece educação especial, ensino fundamental, ensino fundamental - anos finais 6º ao 9º e ensino médio. Localizada nas coordenadas 2.8228808276839037, -60.67543208465697, possui internet banda larga, biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, quadra de esportes, com todo o espaço escolar com dependências e acessibilidade.

Figura 1: Localização Geográfica da Escola Estadual Monteiro Lobato Boa Vista-RR.



Fonte: Google Earth (2019). Adaptados pelos autores.

Como parte da coleta de dados, no segundo momento, foram-se aplicados três questionários de cunho investigativo para traçar a percepção discente sobre a qualidade de ensino empregada e a percepção da aluna e sobre o processo de inclusão diante dos outros estudantes da mesma classe do ensino regular. Para preservar a identidade do educando, a pesquisa lhe menciona como discente X. Para compreender a percepção familiar do avanço da aluna no meio escolar foi aplicado também um terceiro questionário junto à família da discente, no qual a pesquisa identifica como mãe Y.

Para a escolha da amostra, foram utilizados como critérios as listagens de escolas que lecionavam para alunos portadores de necessidades especiais fornecidas pela secretaria de educação do estado de Roraima, e, por fim, chega-se à Escola Estadual Monteiro Lobato. Dessa forma, foi solicitada a permissão para proceder com a pesquisa investigativa por meio de relatórios, questionários e entrevista com alunos, professores e familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama da Educação Inclusiva no Brasil

O presente tópico aborda a discursiva da educação inclusiva no Brasil abordando o processo histórico da educação especial e as leis e jurisdição que fundamentam e asseguram o ensino inclusivo nas escolas brasileiras.

A discussão no Brasil sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas foi fortemente influenciada por movimentos e declarações internacionais, desde a década de 40, no século passado. Assim, na assembleia geral das Nações Unidas foram produzidos diversos documentos: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração Mundial sobre a Educação para todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades básicas de

Aprendizagem; Declaração de Salamanca; Convenção de Guatemala e a Declaração de Montreal (FRIAS; MENEZES, 2009)

Na busca de assegurar a educação para pessoas com deficiência, cabe mencionar a legislação federal (Constituição Federal de 1988, a Lei 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes de Base (LDB) nº 9.394/1996, e a Declaração de Salamanca 1998) que fundamental juridicamente o ensino inclusivo. Conforme a constituição Federal Brasileira, a educação é direito de todos. Nesse sentido, a lei geral de educação, que passou a vigorar para assegurar esse direito, foi a Lei de Diretrizes de Base (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro do ano de 1996, no qual a inclusão de portadores de necessidades especiais ganhou força.

Dessa forma, a inclusão em escolas de ensino regular foi sendo ampliada, ainda que em ritmo inferior a necessidade do país. As conquistas legais permitiram fazer com que a pessoa com deficiência passasse a ser reconhecida pela sociedade como cidadã com direito a educação e amparo legal. Todavia, se fez necessário requerer a necessidade de reformulação do ensino, iniciando pela capacitação de professores, qualificando-os para lecionar com eficácia para turmas heterogêneas, e estrutura adequada visando promover uma maior habitualidade do discente em esfera escolar.

De acordo com o Artigo 53 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, preceitua que: “a criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, a educação deve priorizar a criança como um todo, de maneira que a educação seja para todos e de forma inclusiva preparando o indivíduo para o pleno exercício da cidadania, independente da sua condição social.

Nessa perspectiva, cabe mencionar a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, promovida em 1994 na Espanha em parceria com a UNESCO, que acabou resultando em um dos documentos mais importantes sobre educação inclusiva, que recebeu o nome de Declaração de Salamanca (SANTOS; SANTOS; SALES, 2015). Dessa forma, consta expressamente na Declaração de Salamanca que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1998, p. 17-18).

Conforme a Declaração de Salamanca a escola é um lugar de acolhimento, na qual a criança se encontra na condição de igualdade, logo, a presente documentação norteia o debate de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de ações para promover a oferta da educação inclusiva nas escolas regulares.

Cabe ainda mencionar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que após a assinatura de convenção da ONU em 2008, a questão de inclusão de crianças, jovens e adultos no âmbito escolar, ganhou mais importância no Brasil, onde o ensino regular com presença de estudantes com necessidade especial também ocorre paralelamente ao ensino destinado a crianças com necessidades especiais em escolas especializadas (SILVA; CASTRO; CASTELO BRANCO, 2006).

É importante mencionar que a presente convenção da ONU, consiste em um instrumento internacional de direitos humanos das Nações Unidas de fundamental importância

para a proteção dos direitos e da dignidade das pessoas com deficiência. Sendo assim, fundamental para discutir a questão da inclusão, pois a convenção passou a impactar as políticas públicas no Brasil dando maior visibilidade para a educação inclusiva no país.

Nesse sentido, ao considerar que durante todos esses anos em relação a essa questão nota-se que a inclusão ganhou relevância, principalmente ao observar os dados do Ministério da Educação (MEC) pode-se perceber o crescimento de matrícula de alunos (PNE) no ano de 2003, que somava 28% das matrículas, e em 2014, houve uma crescente para 78%.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2010, no Brasil, há mais de 6,5 milhões de pessoas com alguma deficiência visual, onde 528.624 pessoas são incapazes de enxergar (cegos); e 6.056.654 pessoas possuem baixa visão ou visão subnormal (grande e permanente dificuldade de enxergar); e outros 29 milhões de pessoas declararam possuir alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes (IBGE, 2010).

Os presentes dados mostram que existe no Brasil uma parcela significativa da população que necessita de assistência para que seus direitos fundamentais sejam assegurados. No contexto da educação brasileira nota-se que de fato existe uma necessidade de inclusão no âmbito escolar ao considerar que se esse público não for assistido, o Estado não cumpre com seu papel de ofertar e gerir educação para todos. Sendo assim, percebe-se que na sociedade em geral no Brasil o quantitativo de pessoas com deficiências visuais é relevante.

Dessa forma, torna-se importante analisar o panorama do quantitativo regional de pessoas com deficiências visuais no sentido de compreender a necessidade da aplicabilidade das políticas públicas para assistir e assegurar os direitos das pessoas com deficiências visuais

(Tabela 01):

Tabela 1: Pessoas com Deficiência Visual Por Região.

Pessoas com deficiência visual por região	Total	% população local
Norte	574.823	3,6
Nordeste	2.192.455	4,1
Sudeste	2.508.587	3,1
Sul	866.086	3,2
Centro-Oeste	443.357	3,2

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística- IBGE 2010.

Conforme se observa na Tabela 1, a maior proporção de pessoas com deficiências visuais se concentra nas regiões do Sudeste e Nordeste, seguido pela região Sul, Norte e Centro-Oeste. Diante desse panorama nota-se a necessidade de promover a inclusão de portadores de necessidades especiais, com equidade e erradicando de uma vez qualquer tipo de discriminação. No âmbito escolar, esse processo de inclusão, deve contemplar alunos com e sem necessidades especiais no sentido de atender suas dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 97) menciona que:

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Nessa perspectiva, cabe considerar o conceito e o termo incluir na definição do dicionário Larousse (1999) que define o termo como sinônimos, compreender, abranger, encerrar, inserir, envolver, implicar, somar, entre outros.

Nessa ótica de Sá, Campos e Silva (2007, p. 13) mencionam que:

Os conteúdos escolares privilegiam a visualização em todas as áreas de conhecimento, de um universo permeado de símbolos gráficos, imagens, letras e números. Assim, necessidades decorrentes de limitações

visuais não devem ser ignoradas, negligenciadas ou confundidas com concessões ou necessidades fictícias.

Nessa perspectiva, Camargo (2017) menciona que as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica reestruturaram o sistema educacional brasileiro.

[...] postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada. (BRASIL, 2001, p. 40).

Dessa forma, a importância da educação inclusiva na vida de estudantes portadores de necessidades especiais representa uma conquista para a promoção da cidadania de um povo. Com a implantação de políticas públicas, juntamente com a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, ampliou-se as possibilidades de exigir do Estado o cumprimento de sua responsabilidade na promoção da educação inclusiva (VILLELA et al., 2010).

Dentre os objetivos da legislação sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais tem como principal objetivo homogeneizar a convivência dos educandos, equiparar a qualidade de aprendizado evitando ao máximo a exclusão e distinção, visando uma sociedade mais integrada (SILVA; CASTRO; CASTELO BRANCO, 2006).

Segundo Campbell (2009) cabe frisar que

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar os alunos apresenta alguma deficiência tenham os mesmos direitos que os alunos que os

outros e todos sejam cidadãos de direitos em escolas regulares, bem-vindos e aceitos, formando parte daquela comunidade (CAMPBELL, 2009, p. 139).

Apesar dos avanços e conquistas da educação inclusiva, ainda é possível o discurso nos corredores das escolas, de que o aluno portador de necessidades especiais desenvolveria suas habilidades de forma mais específica estudando somente em escolas especializadas que oferecem estudos direcionados as múltiplas deficiências. Entretanto, esta é uma questão que não encontra amparo na legislação pátria.

Alegando que seriam bem melhor assistidos e alfabetizados, no entanto outros consideram a integração crucial para a promoção de uma sociedade igualitária, ensinando os discentes considerados normais a respeitar, aceitar e ajudar na promoção da inclusão de seus colegas de classe, visando uma sociedade mais homogênea perante as diferenças (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012).

Panorama da Educação Inclusiva e Aprendizagem de Aluno com Deficiência Visual no Município de Boa Vista – RR

Os resultados e discussão partem da investigação realizada pelos procedimentos metodológicos a partir do levantamento bibliográfico e documental; entrevista aos docentes de Geografia responsáveis por turmas com alunos com deficiências (sala multifuncional); entrevista com os professores de Geografia das turmas regulares com alunos portadores de necessidades especiais da visão e visita *in loco*.

Assim foram entrevistados, a professora responsável pela sala multifuncional, que além da entrevista nos permitiu ter acesso a todo o acervo de trabalhos realizados na sala e todo seu apanhado de registros sobre o desenvolvimento dos alunos, equipamentos utilizados e o todo material de apoio que desenvolvem em parceria com a necessidade dos professores das

disciplinas escolares. Além de entrevista com a professora de geografia da aluna com deficiência visual, permitindo assim um panorama sobre a educação inclusiva e a aprendizagem de aluno com deficiência visual no município de Boa Vista-RR, bem como a análise do processo de ensino e aprendizagem de geografia com alunos deficientes visuais na Escola Estadual Monteiro Lobato.

De acordo os registros documentais fornecido pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED) sobre o desenvolvimento dos alunos, equipamentos utilizados, bem como todo material de apoio que desenvolvem em parceria com a necessidade dos professores das disciplinas escolares. O estudo mostra que as escolas Estaduais de Boa Vista desenvolvem um trabalho voltado para as crianças portadoras de necessidades especiais, sendo Boa Vista um dos 160 municípios do Brasil que possui polo de atendimento do programa “Sala Lúdica” e têm implementado em toda a rede o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos Portadores de Necessidades Especiais (PNE) (SEED/RR, 2021).

Nota-se que o município de Boa Vista encontra-se contemplado pela rede de atendimento a educação especial com salas e serviços que podem assistir diversas necessidades, entre elas os alunos com deficiência visual.

Conforme a Secretaria Estadual de Educação de Roraima, o município de Boa Vista tem uma infraestrutura para oferecer uma rede de serviços e equipamentos que promovam a inclusão social das crianças deficientes no ambiente escolar. As Salas de Recursos Multifuncionais é um exemplo disso, e está presente em 59 escolas urbanas do município (SEED/RR, 2021).

As salas multifuncionais são equipadas com recursos didático-pedagógicos e tecnológicos que auxiliam no desenvolvimento de crianças

portadoras de necessidades especiais. Nestas salas são atendidos atualmente 915 alunos, sendo que, 525 é público-alvo da Educação Especial, e possuem algum tipo de deficiência física, intelectual, auditiva, visual, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Hoje, 118 profissionais estão capacitados para atuarem nas Salas de Recursos Multifuncionais da rede de ensino do município (SEED/RR, 2021).

Segundo a Secretaria Estadual de Educação de Roraima, as crianças especiais, no que diz respeito aos (PNE) estão matriculados na rede municipal de ensino, especificamente alunos com deficiência visual. Essas crianças primeiramente são inseridas em âmbito escolar, nas salas multifuncionais, levando-se em consideração a polidez que se tem que haver com esses discentes, os mesmos são ambientados e familiarizados com a estimulação do tato e em seguida insere-se o método Braille (SEED/RR, 2021).

Pode-se notar que conforme a Secretaria Estadual de Educação de Roraima existe um processo inicial de inclusão no ambiente escolar, no qual as crianças tem acesso primeiramente a sala multifuncional e todos os aparatos que auxiliam para se familiarizarem com a escola e com os demais alunos.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, as salas multifuncionais contam com o ensino do código Braille equipadas com máquina de escrever Braille, reglete, punção e impressora Braille (SEED/RR, 2021).

Conforme a Secretaria Estadual de Educação, depois de inseridos com duas línguas o Braille e o português, essas crianças são encaixadas na sala de ensino regular, acompanhada de um professor capacitado que vai promovendo a inclusão em espaço escolar e o aprendizado consequentemente (SEED/RR, 2021).

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, além da inclusão nas escolas, existe o

“Centrinho”, Centro Municipal Integrado de Educação Especial (CMIEE), um complexo ligado a educação municipal, onde dispõem de uma equipe multidisciplinar, composta por fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, terapeuta ocupacional e assistência social. Onde viabiliza e amplia o desenvolvimento de estudantes da rede municipal de Boa Vista (SEED/RR, 2021).

Diante da análise documental percebe-se que a educação inclusiva na rede municipal de ensino de Boa Vista encontra-se com uma estrutura física e de equipamentos bem assistida, bem como um recurso humano de profissionais significativo para atender a demanda dos alunos com necessidades especiais.

O Processo de Ensino e Aprendizagem de Geografia com Alunos Deficientes Visuais na Escola Monteiro Lobato

Com relação a responder aos objetivos propostos, a pesquisa mostra inicialmente que a Escola Estadual Monteiro Lobato possui Atendimento Educacional Especializado – AEE, de deficiência visual e conta com 10 alunos com idade escolar uma proposta totalmente voltada para a inclusão e desenvolvimento cognitivo dos alunos. Dessa forma, ao analisar as metodologias adotadas pelos professores de geografia para os alunos com deficiência visual atendidos nas turmas regulares de ensino, a pesquisa mostra conforme entrevista com a docente A os seguintes apontamentos:

Quando questionados como a prática docente é realizada na escola, e quais os amparos ou recursos utilizados, a entrevistada relata que: o trabalho realizado na Escola na sala multifuncional é muito gratificante, pois através das propostas desenvolvidas ali, os alunos têm acesso ao processo de ensino aprendizagem, como também a parte de estimulação visual que é prescrita por profissionais da área de oftalmologia. Eles contam com sala

multifuncional e professores capacitados para o desenvolvimento de todas as matérias e em especial a de Geografia.

Com relação ao quantitativo de alunos portadores de necessidades especiais, e em especial os com deficiência visual, a docente A relata que: são ao todo, dez alunos portadores de necessidades especiais, sendo que apenas um desses alunos possui deficiência visual.

Quanto ao uso de recursos e metodologias utilizadas pelos docentes e disponíveis na sala de aula, a pesquisa mostra que a Escola Estadual Monteiro Lobato localizada em Boa Vista-RR, para atender os alunos portadores de necessidades especiais e deficiência visual, dispõe de uma sala multifuncional ampla e bem estruturada com equipamentos que ajudam o aprendizado dos alunos (Figura 2).

Figura 2: Estrutura física e equipamentos da sala Multifuncional da Escola Estadual Monteiro.



Fonte: Rosângela Pelzer (2020).

De acordo com a Figura 2, a sala é organizada com uma estrutura física de boa qualidade com equipamento que acompanham o aprendizado dos alunos e ainda são implementadas práticas pedagógicas voltadas à sensibilidade do tato visando a absorção de conhecimento nas várias disciplinas, inclusive de geografia. A Escola Estadual Monteiro apesar de ter a sala multifuncional e ser bem equipada não possui professor de geografia específico para portadores de necessidades especiais (PNE).

Quanto à entrevista com a discente X, a pesquisa mostra que a discente é aluna regular da Escola Estadual Monteiro Lobato, cursando o 1º ano do Ensino Médio e a partir do seu exame oftalmológico é possível comprovar a presença da deficiência visual da mesma. A aluna estuda no turno matutino, frequentando apenas o seu horário regular de aula, pois não é matriculada em nenhum centro de ensino para aprimorar seus sentidos, é alfabetizada em método Braille, todavia por problemas particulares recebe em casa em horário oposto às aulas, ajuda por parte da pedagoga da sala multifuncional.

Quando questionada sobre quais os recursos e metodologias adotados pelos professores e a eficiência dessas metodologias, a discente X, relata que o apoio recebido pela pedagoga ajuda no aperfeiçoamento do tato e dos trabalhos escolares. Dessa forma, Vieira e Ferraz (2016) afirmam que é importante trabalhar essa dinâmica visual do estudo da geografia para portadores de necessidades especiais visuais, objetivando-se os trazer ao mais próximo da realidade tornado o estudo dessa ciência interessante aos sentidos, desses alunos portadores de deficientes visuais (PNE) por meio do tato (VIEIRA; FERRAZ, 2016).

Conforme entrevista realizada com a docente/pedagoga B, no que se refere aos processos de aprendizagem nas turmas com os alunos portadores de necessidades visuais e os recursos que colaboram para o desenvolvimento dos

mesmos, o Estado disponibiliza apoio às escolas estaduais através do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE), agregando diversas associações voltadas à pessoa com deficiência, e atendendo a uma diversidade de deficiências. Porém é importante frisar que a Aluna X em questão não usufrui desses recursos.

Sobre a análise das metodologias adotadas pelos professores de geografia para os alunos com deficiência visual atendidos nas turmas regulares de ensino e examinar a eficiência das metodologias e dos recursos adotados pelos professores de geografia, a pesquisa mostra conforme relato das docentes A e B, que não existe um apoio específico para a disciplina.

Nesse sentido, Vasconcelos, Campos e Celeri (2019) reforçam que para um desempenho da educação inclusiva com alunos com deficiência visual, os profissionais da educação, licenciados em geografia devem ter todo apoio necessário, para que haja um bom processo de ensino e aprendizagem aos alunos com deficiência visual.

Conforme Brasil (2008) o Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008, estabelece que o Estado tem o dever de oferecer apoio técnico e financeiro para que o atendimento especializado esteja presente em toda a rede pública de ensino. Mas cabem ao gestor da escola e às Secretarias de Educação a administração e o requerimento dos recursos para essa finalidade. Entende-se desta forma que os processos de ensino e aprendizagem para que o ensino da ciência geográfica seja bem desenvolvido no âmbito escolar regular junto aos deficientes visuais, seja necessário a formação contínua e especializada desses profissionais para atender as necessidades da escola e dos alunos portadores de dificuldades especiais.

Dessa maneira, essa formação propicia ao deficiente visual seu desenvolvimento intelectual no local onde ele vive, fazendo com que esse aluno caso necessite adquirir mais

conhecimento, lhe seja ofertado atendimento que atenda suas expectativas. Partindo desta prerrogativa, é que se percebe a necessidade de o acompanhamento por parte do professor ser qualificado e realizado por processos que irão direcionar este profissional para um desempenho que atinjam os objetivos do aluno (VIEIRA; FERRAZ, 2016).

Sendo assim, ainda que seja uma crescente significativa ao que diz respeito à quantidade de educadores do ensino em escolas públicas que trabalham com alunos portadores de necessidades especiais, o número atual de professores capacitados é considerado irrisório ao que diz respeito à demanda de alunos portadores de necessidades especiais (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012).

Cabe então, ao professor se especializar buscando sempre estar bem preparado para atender suas expectativas e os anseios dos alunos com deficiência visual proporcionado um ensino diferencial, dinâmico e criativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada e buscando responder aos objetivos da pesquisa, nota-se no decorrer desse estudo que para o desenvolvimento da educação inclusiva, existem inúmeras políticas públicas, decretos, leis, estatutos, discussões, congressos, fórum e debates voltados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência em âmbito escolar e na sociedade de modo geral.

Entretanto, a pesquisa mostra que no Estado de Roraima, a escola em foco é uma das poucas a disponibilizar vagas para alunos com deficiências múltiplas, logo se percebe a baixa quantidade de aluno com deficiência visual que frequentam a rede pública de ensino. Cabe mencionar que apesar dos últimos dados do censo escolar, mostrar um número significativo de alunos matriculados no ensino regular, bem

como as leis incentivos a erradicação do analfabetismo, a presença de alunos deficientes visuais inclusos no estado de Roraima ainda é uma realidade muito distante.

Dessa forma, ao responder aos objetivos, a pesquisa mostra que os docentes que acompanham os alunos portadores de necessidades especiais na sala multifuncional, são na sua maioria formados em pedagogia, e apesar da especialização para lidar com crianças portadoras de necessidades especiais, os meninos não tem formação em geografia, sendo este um fator desfavorável no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais.

Nota-se, assim, que na disciplina o desenvolvimento do aprendizado não ocorre da maneira mais adequada, já que um profissional formado em geografia poderia conduzir melhor esse processo de ensino e aprendizagem. Muito ainda tem que se avançar no Brasil e principalmente no estado de Roraima ao que diz respeito a um apoio mais consistente para o atendimento educacional especializado (AEE), e a capacitação de professores formados, principalmente na disciplina de geografia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de março de 2008. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlaces. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 23, n. 1, 2017.
- CAMPBELL, S. I. Múltiplas faces da Inclusão. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2007). Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014.
- DEMO, P. Avaliação Qualitativa. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.
- FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais: contribuições ao professor do ensino regular. Paranavaí. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf?PHPSESSID=2010012008183564>>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- GIL, A. C. Como Elaborar um projeto de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LAROUSSE CULTURAL. Dicionário de língua portuguesa. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.
- MANTOAN, M. T. E. (org.). A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Editora Menon - SENAC, 1997.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- MELLO, G. N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re) visão radical. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, p. 98-110, 2000.
- MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: Editora da UFBA, 2012.
- PAVÃO, S. M. O.; PAVÃO, A. C. O. (orgs.). Atendimento educacional especializado: reflexões e práticas necessárias para a inclusão. Santa Maria: Editora da UFSM, 2018.
- RODRIGUES, Laís Caroline. Ensino de geografia para deficientes visuais: confecção de mapas táteis com materiais acessíveis e de baixo custo. ENANPEGE, publicado em setembro de 2019, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562893458_ARQUIVO_ArtigoCompletoLaisCarolineRodrigues.EnsinodeGeografiaparaDeficientesVisuais-Confeccaodemapastateiscommateriaisacessiveis edebaixocusto.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ROSA, S. P. S. Educação inclusiva. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2003.
- SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. Deficiência Visual. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.
- SANTOS, I.; SANTOS, A. D.; SALES, S. G. A Educação Inclusiva na Rede Regular de Ensino para alunos com surdez: breves reflexões. Encontro

Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 3, n. 1, 2015.

SILVA, A. F.; CASTRO, A. L. B.; CASTELO BRANCO, M. C. M. (orgs.). A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca/Espanha: 1994 e 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

VASCONCELOS, T. R.; CAMPOS, A. A. C.; CELERI, M. J. Abordagem da paisagem para alunos com deficiência visual: caminhos para um currículo que vá além da geografia tradicional. Universidade Federal do Ceará. GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 10, n. 20, pp. 1-12, 2019.

VIEIRA, J. M.; FERRAZ, C. B. O. O Desafio do Ensino de Geografia para Deficientes Visuais. GeoAtos: Revista Geografia em Atos, v. 2, n. 2. 2015.

VILLELA, A. L. et al. Instituto Alana. Projeto criança e consumo: origem e missão. v. 18, 2010. Disponível em: <<http://www.alana.org.br/CriancaConsumo/Projeto.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Análise metodológica de ensino em Geografia para promoção da educação inclusiva nas escolas municipais no Município do Cantá/RR

DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1049>

Gracione Pereira da Costa
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0003-4964-511X>

Osvair Brandão Mussato
Universidade Estadual de Roraima/UERR
<https://orcid.org/0000-0002-2254-5357>

Escola Municipal Professora Leci Ribeiro Alves no Cantá-RR.

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática das metodologias e inclusão, refletindo sobre as metodologias da educação inclusiva no ensino de geografia diante da realidade das Escolas Municipais Leci Ribeiro Alves e Dr. Arnaldo Brandão no município do Cantá-RR, tendo como objetivo analisar as metodologias de ensino em geografia, que podem possibilitar a promoção da educação inclusiva nas escolas municipais do Cantá-RR. Dessa forma, a pesquisa examina o aprimoramento da didática, partindo de uma análise histórica dos direitos fundamentais dos referentes discentes assegurados pelo ECA, apontando assim, que políticas públicas podem ser criadas ou como implementar as já existentes para a melhor formação de portadores de deficiência. A metodologia da pesquisa parte da revisão de literatura, caracterizada como pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, exploratório, sob a ótica da pesquisa participante e relato de experiência numa abordagem qualitativa, mensurando seus resultados a partir da análise de conteúdo. Sendo assim, os resultados mostram a avaliação da estrutura física disponível para os alunos especiais, a identificação dos docentes quanto suas habilitações, formação e recursos didático-pedagógicos adequados para a educação inclusiva, bem como a análise do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência (PcD) em Geografia, nas referidas instituições.

Palavras-chave: Cantá-RR; Educação Inclusiva; Geografia; Metodologia.



ABSTRACT

This research is about the topic of methodologies and inclusion, reflecting on the methodologies of inclusive education in teaching geography before the reality of the Municipal Schools Leci Ribeiro Alves and Dr. Arnaldo Brandão in the town of Cantá-RR, as goal to analyze the teaching methodologies in geography that can enable the promotion of inclusive education in municipal schools in Cantá-RR. In this way, the research examines the improvement of didactics starting from a historical analysis of the fundamental rights of student referents guaranteed by the ECA, thus pointing out which public policies can be created or how to implement the existing ones for the better training of people with disabilities. The research methodology starts from the literature review characterized as descriptive, exploratory bibliographic research, from the perspective of participant research and experience report in a qualitative approach, measuring its results from content analysis. In that case, the results show the assessment of the physical structure available to special students, the identification of teachers regarding their qualifications, training and didactic-pedagogical resources suitable for inclusive education, as well as the analysis of the development of the teaching-learning process of students with special needs in Geography, in those institutions.

Keywords: Cantá-RR; Inclusive Education; Geography; Methodology.